

civas. A falta de liberdade sofrida por aqueles que aconselham o poderoso pode, por certo, ser devida à coerção ou força. Mas o comportamento servil típico de tais conselheiros pode igualmente ser devido à sua condição básica de dependência e a sua compreensão do que sua clientela exige deles. Assim que eles começam a “deslizar para uma dependência cega daquele que tem riqueza e poder”, começam a desejar “apenas conhecer sua vontade” e a finalmente “não se importar com que injustiças praticam, desde que possam ser recompensados”.⁸²

Uma maneira pela qual os teóricos neo-romanos descrevem esses adeptos servis do poder absoluto é como pessoas de caráter obnóxio. Como vimos, o termo *obnoxius* foi originalmente usado para referir o predicamento daqueles que vivem à mercê de outras pessoas. Com a emergência das teorias neo-romanas de liberdade, entretanto, o termo passou a ser usado, em vez disto, para descrever a conduta servil que se espera daqueles que vivem sob o domínio de príncipes e oligarquias governantes.⁸³ Já encontramos Bacon falando com desgosto em seus *Essays* [*Ensaíais*] de 1625 sobre os eunucos empregados por reis no papel de espíões como servos “obnóxios e intrometidos”.⁸⁴ George Wither, em seu poema de 1652 dirigido *To the Parliament and People of the Commonwealth of England* [*Ao Parlamento e Povo da Comunidade da Inglaterra*], vilipêndia de modo semelhante aqueles cujas fraquezas privadas os tornam obnóxios sob um Estado livre.⁸⁵ Ainda mais indignada é a

82 Sidney, 1990, III,119, p.435.

83 Mas há um precedente em Lívio para o tratamento da obnoxiedade como uma qualidade de subserviência. Ver Lívio 23.12.9, em Lívio, 1940, p.38.

84 Bacon, 1972, p.131.

85 Wither, 1874, p.5.

*Although, I peradventure, may appear
On some occasions, bitterly severe,
To those, in whom, I private-failings see,
Which, to the Publike may obnoxious be.*

reação do autor anônimo de uma carta admonitória ao Duque de Monmouth em 1680. Também ele se refere às maquinções bajulatórias de “pequenos políticos”, e declara ser “o dever de todo súdito leal” procurar, pela “descoberta das intrigas desses homens”, “torná-los repugnantes e obnóxios ao povo”.⁸⁶

Estas razões de desgosto ajudam a explicar por que os autores neo-romanos defendem com tanta frequência a figura do cavaleiro rural independente como o principal repositório de dignidade e valor moral nas sociedades modernas. Como Harrington declara em *Oceana*, “existe algo primeiro na elaboração de uma comunidade, depois em seu governo” que “parece ser peculiar ao gênio de um cavaleiro”.⁸⁷ A figura que eles queriam oferecer para nossa admiração é repetidamente descrita. Ele é simples e de inspiração simples;⁸⁸ é honrado e cheio de integridade;⁸⁹ sobretudo é um homem de verdadeira hombridade, de valor e energia confiáveis.⁹⁰ Suas virtudes são repetidamente contrastadas aos vícios característicos dos lacaios e parasitas obnóxios que vicejam na corte. O cortês, em vez de ser simples e de inspiração simples, é lascivo, dissoluto e devasso;⁹¹ em vez de ser honrado, é bajulador, servil e

[Se bem que eu possa parecer por acaso mero,
Em certas ocasiões, amargamente severo,
Com aqueles nos quais fraquezas privadas posso ver,
Os quais, para o Público, podem obnóxios ser.]

86 [F., C.], 1812, p.217.

87 Harrington, 1992, p.36; cf. Neville, 1969, p.185.

88 Nedham, 1767, p.16; Neville, 1969, p.121.

89 Neville, 1969, p.167; Sidney, 1990, II, 19, p.186; II,25, p.257.

90 Milton, 1962, p.344, 392; Milton, 1980, p.424; Sidney, 1990, II,25, p.255; II,28, p.272; II,28, p.277. Sobre as fortunas posteriores do ideal, ver Burrow, 1988, esp. p.86-93.

91 Milton, 1962, p.455; Milton, 1980, p.425; Neville, 1969, p.190; Sidney, 1990, II,14, p.161; II,27, p.269.

indigno;⁹² em vez de ser bravo, é adulator, abjeito e carente de hombridade.⁹³

Essa visão moral é apresentada pelos autores que venho discutindo com absoluta confiança na justiça – e, no caso de Harrington, no triunfo inevitável – de sua causa. Dentro de um período surpreendentemente curto, contudo, as fortunas da teoria neo-romana começaram a declinar e cair. Com a ascensão do utilitarismo clássico no século XVIII, e com o uso de princípios utilitaristas para sustentar boa parte do Estado liberal no século seguinte, a teoria dos Estados livres caiu cada vez mais em descrédito, até que, por fim, deslizou quase inteiramente para fora de vista.

Uma razão para este colapso foi que as suposições sociais subjacentes à teoria começaram a parecer antiquadas e mesmo absurdas. Com a extensão das maneiros da corte à burguesia no início do século XVIII, as virtudes do cavaleiro rural independente começaram a parecer irrelevantes e mesmo hostis a uma época polida e comercial. O herói dos autores neo-romanos passa a ser visto não como de inspiração simples, mas como toco e grosseiro; não como honrado, mas como obstinado e rixento; não como um homem de energia, mas de mera insensibilidade. Seus detratores acabaram tendo êxito em transformá-lo na figura ridícula de Squire Western,⁹⁴ rústico e impolido, quando devia ser urbano, polido e refinado.

Ainda mais importante para o descrédito da teoria neo-romana foi a reiteração constante da afirmação de que sua teoria subjacente de liberdade é simplesmente confusa.⁹⁵ Escolhi a via de

92 Milton, 1980, p.425-6, 428, 460-1; Sidney, 1990, II.25, p.251, 254-5; II.28, p.272, 274, 277.

93 Harrington, 1992, p.5; Milton, 1980, p.426-7; Sidney, 1990, III.34, p.515.

94 Personagem do romance *Tom Jones* do escritor inglês Henry Fielding (1707-1754). (N. T.)

95 Para o desenvolvimento desta crítica nos escritos de Lind, Bentham e Paley, ver Miller, 1994, esp. p.379-99; e Pettit, 1997, p.41-50.

William Paley de armar a questão, mas seu argumento básico já havia sido enunciado anteriormente por Sir William Blackstone⁹⁶ e John Lind,⁹⁷ e foi subsequentemente reforçado pela jurisprudência de Jeremy Bentham e John Austin.⁹⁸ No fim do século XIX, Henry Sidgwick sentiu-se apto a declarar em seu grande sumário do liberalismo clássico que os erros subjacentes à teoria neo-romana da liberdade estão fora de discussão. Falar de liberdade individual, Sidgwick primeiro nos lembra em seus *Elements of Politics* [*Elementos de Política*], é falar de uma ausência de impedimentos externos à ação, ou na forma de “coerção ou confinamento físico”, ou de ameaças coercivas que nos inibem pelo “temor de consequências dolorosas”.⁹⁹ Uma vez isto compreendido, podemos ver que pensar na liberdade dos cidadãos como possível apenas dentro de Estados livres é simplesmente incorrer na “confusão que o uso comum da palavra ‘Liberdade’ tende a causar”. A verdade é que a liberdade individual não tem conexão necessária com formas de governo, na medida em que é perfeitamente possível para uma legislatura representativa “inrometer-se na livre ação de indivíduos mais do que um monarca absoluto”.¹⁰⁰ Com esta reiteração da argumentação utilitarista clássica, Sidgwick claramente achava que a teoria neo-romana havia finalmente sido sepultada.

96 Blackstone, 1765-1769, v.1, p.130, oferece uma definição puramente hobbesiana da liberdade dos súditos, segundo a qual a liberdade é infringida apenas por “aprisionamento ou restrição”. Sobre este aspecto dos *Commentaries* de Blackstone, ver Lieberman, 1989, esp. p.36-40.

97 Para o ataque de Lind à reafirmação da teoria neo-romana por autores como Price, ver Long, 1977, p.51-7.

98 Sobre Paley e Bentham, ver Long, 1977, esp. p.178-91; sobre Paley e Austin, ver Austin, 1995, p.159-60; para o elogio que Austin faz de Hobbes e Bentham, ver a longa nota em Austin, 1995, p.229-34.

99 Sidgwick, 1897, p.45.

100 *Ibidem*, p.375.

A LIBERDADE E O HISTORIADOR

I

Estive falando sobre a ascensão e queda de uma teoria especí-
fica de liberdade civil. Há o perigo óbvio, contudo, de que, ao falar
tão breve e programaticamente como venho fazendo, eu possa traír
em vez de ilustrar os princípios sobre os quais procuro basear
minha prática como historiador. Portanto, talvez eu deva enfatizar
que um dos princípios que tentei ilustrar é o de que os historiadores
do pensamento fariam bem em se concentrar não meramente, ou
mesmo principalmente, num cânone de assim chamados textos
clássicos, mas, preferivelmente, no lugar ocupado por esses textos em
tradições e quadros mais amplos de pensamento.

Vale a pena lembrar que esta abordagem contrasta com a orto-
doxia prevaiente na época em que iniciei meus próprios estudos
de pós-graduação no começo da década de 1960. Um cânone de
textos principais era amplamente visto na época como o único
objeto apropriado de pesquisa na história do pensamento político.
A razão, alegava-se, é que esses textos podem por definição ser
considerados como indo ao encontro de um conjunto de perenes
questões definitivas do próprio pensamento político. Era ampla-
mente assumido que, se o estudo histórico da moral ou da teoria
política deve ter algum traço característico, este terá de assumir a

forma de extrair dos textos clássicos quaisquer *insights* que eles possam nos oferecer sobre questões gerais de sociedade e política na época presente. Eles estão lá para serem apropriados e postos para trabalhar.¹

Muito tempo antes de eu começar a me preocupar com essas questões, ocorreu a vários estudiosos que a premissa básica desse argumento é questionável. Está longe de ser óbvio, num exame mais detido, que mesmo as obras mais proeminentes na história da moral ou da teoria política tratam das mesmas questões, embora seja por certo possível construir um cânone de maneira tal a minimizar esta dúvida. Ainda me recorde de quão impressionado fiquei ao ler pela primeira vez a *Autobiografia* de R. G. Collingwood, onde ele afirma que a história de todas as ramificações da filosofia carece de um objeto estável, na medida em que as perguntas bem como as respostas mudam continuamente.² Mas fiquei ainda mais impressionado quando, durante meu segundo ano como estudante de graduação, Peter Laslett publicou sua edição definitiva dos *Two Treatises of Government* de Locke. Pela introdução de Laslett fiquei sabendo que, embora não haja talvez mal algum em pensar nos *Dois Tratados* de Locke como uma defesa clássica do contratarianismo, não há esperança de compreender seu texto a menos que se reconheça que seu objetivo primeiro era intervir numa crise específica do monarquismo inglês sob Carlos II, e que foi escrito de uma posição identificável no espectro do debate político no início da década de 1680.³

A partir do final da década de 1960, vários outros estudiosos trabalhando numa língua semelhante vieram a fazer da Universidade de Cambridge um centro dominante para uma abordagem de orientação mais histórica ao estudo do pensamento moral e polí-

tico.⁴ Com esta abordagem ganhando popularidade, uma consequência benéfica foi que o alto muro que anteriormente separava a história da teoria política começou a ruir. O muro havia sido erigido em grande parte por uma geração obscurada de historiadores políticos, entre os quais o mais proeminente fora Sir Lewis Namier. Para Namier parecia óbvio que as teorias políticas agem como as mais simples racionalizações *ex post facto* do comportamento político. Se estamos em busca de explicações da ação política, mantinha ele, devemos procurá-las no nível das "emoções subjacentes, a música, para a qual as idéias são um mero *libretto*, freqüentemente de qualidade muito inferior".⁵ Para críticos de Namier, como Sir Herbert Butterfield, o único recurso possível parecia ser a volta a um famoso dito de Lord Acton no qual as idéias são comumente as causas e não os efeitos de eventos públicos.⁶ Mas essa resposta, como era de esperar, incorreu no desprezo de Namier e seus seguidores pela alegada ingenuidade de supor que ações políticas são sempre genuinamente motivadas pelos princípios usados para racionalizá-las.⁷

Entre aqueles que ajudaram os historiadores do pensamento a romper este impasse, uma das vozes mais influentes foi (e é) de John Pocock, que começou sua carreira na pós-graduação como um discípulo de Sir Herbert Butterfield em Cambridge. Foi Pocock, mais do que todos, que ensinou minha geração a pensar a história da teoria política não como o estudo de supostos textos canônicos, mas sim como uma investigação mais abrangente das linguagens políticas em transformação nas quais as sociedades dialogam com

1 Para uma reafirmação impenitente de um eminente praticante – no curso da qual todas essas afirmações reaparecem –, ver Warrender, 1979.

2 Collingwood, 1939, esp. p. 16.

3 Laslett, 1968, esp. p. 45-66.

4 Devo destacar especialmente o nome de John Dunn, que publicou uma importante defesa da abordagem histórica em 1968 (ver Dunn, 1980) e aplicou-a em seu estudo clássico de John Locke (ver Dunn, 1969).

5 Namier, 1955, p. 4.

6 Butterfield, 1957, p. 209; cf. Acton, 1906a, p. 3.

7 Ver, por exemplo, Brooke, 1961, esp. p. 21-2, 24-5.

elas mesmas.⁸ Uma vez alcançada esta perspectiva privilegiada, tornou-se possível vincular o estudo de política e teoria política de maneiras novas e mais frutíferas. Uma destas conexões – na qual eu mesmo estive particularmente interessado – deriva da consideração de que o que é possível fazer em política é geralmente limitado pelo que é possível legitimar. O que se pode esperar legitimar, contudo, depende de que cursos de ação podem-se plausivelmente alcançar sob princípios normativos existentes. Mas isto implica que, mesmo que seus princípios professados nunca operem como seus motivos, mas apenas como racionalizações de seu comportamento, eles não obstante vão ajudá-lo a moldar e limitar quais linhas de ação você pode seguir com êxito. Portanto, não podemos deixar de invocar a presença desses princípios se desejamos explicar por que certas políticas são escolhidas em determinadas épocas e são então articuladas e seguidas de maneiras específicas.⁹

Entre historiadores do pensamento como eu mesmo, parecia um desenvolvimento excitante poder relacionar nossos estudos mais intimamente ao que se costumava chamar história “real”, e um efeito desses desenvolvimentos foi, creio, fazer a história do pensamento parecer um assunto de interesse mais geral. Segundo a descrição de Sir Geoffrey Elton deste novo estado de coisas, em seu *Return to Essentials [Retorno ao Essencial]* de 1991, a história das idéias havia sido “subitamente promovida da copa para a sala de estar”.¹⁰ Para muitos estudiosos de moral e teoria política, entretanto, a adoção desta abordagem histórica parecia envolver uma traição. O valor de nossos estudos era tido como o de nos capacitar a revelar o que é de interesse perene numa grande seqüência de tex-

8 Para a própria visão retrospectiva de Pocock deste desenvolvimento, ver Pocock, 1985, p.1-34; e Pocock, 1987.

9 Para uma tentativa de expor este argumento e maior detalhe, ver Skinner, 1974.

10 Elton, 1991, p.12.

tos clássicos.¹¹ Quanto mais se argumentava que esses textos deveriam ser vistos como elementos num discurso político mais amplo, cujos conteúdos mudam com a mudança das circunstâncias, mais parecia que nossos estudos estavam sendo roubados de seu traço característico. Entre meus próprios críticos – um grupo inquietantemente numeroso –, alguns chegaram ao ponto de me acusar de incorrer em “antiquarismo acadêmico”,¹² de não perceber que tal abordagem pode esperar satisfazer apenas “o mais empoeirado interesse de antiquário”.¹³

Pode-se achar que esse tipo de resposta pressupõe uma concepção deprimidamente filistéia da pesquisa histórica. Ouvimos que só vale a pena ter um conhecimento do passado se ele nos ajuda a resolver os problemas imediatos do presente. Poder-se-ia sentir inclinado a retorquir que o *Leviatã* de Hobbes é um artefato da cultura do século XVII tanto quanto as óperas de Purcell ou o *Paradise Lost [Paradiso Perdido]*. Mas ninguém supõe que estas obras de arte sejam menos valiosas por serem incapazes de nos dizer como conduzir nossas vidas em face do novo milênio.

Talvez esta resposta essencialmente estética seja a correta, e talvez a verdadeira sensibilidade do historiador, o redentor do tempo perdido. Mas confesso que nunca me senti à vontade com isso. Deveríamos, creio eu, estar dispostos a nos perguntar bem agressivamente o que se supõe ser o uso prático, aqui e agora, de nossos estudos históricos. Nunca me pareceu adequado replicar que eles satisfazem uma curiosidade natural, e me parece perigosamente auto-indulgente sugerir, como Lord Acton o fez uma vez, que “nossos estudos deveriam ser completamente desprovidos de propósitos”, especialmente numa cultura como a nossa, que veio a se tornar tão comprometida com uma concepção materialista de

11 Ver Warrender, 1979, esp. p.939, para uma enfática afirmação deste ponto.

12 Gunnell, 1982, p.327.

13 Tanton, 1973, p.314.

"relevância".¹⁴ A acusação de antiquarismo é, em suma, uma acusação que me incomoda profundamente e à qual todos os historiadores profissionais deveriam, acho, estar dispostos a responder, ao menos para a satisfação de suas próprias consciências. Devemos esperar ser questionados, e não devemos falhar em questionar a nós mesmos, sobre o que se supõe ser a finalidade disso tudo.

Isso não quer dizer que planejo agora me lançar numa investigação de como os historiadores deveriam estar usando seu tempo. Há tantos tipos de história quantas razões sérias para estar interessado no passado, e tantas diferentes técnicas de pesquisa histórica quanto métodos racionais de seguir esses interesses. Tampouco vejo qualquer justificativa para invocar imagens de centro e periferia e privilegiar certos tipos de estudo histórico em relação a outros. Portanto, não posso ver que haja algo de interesse geral a ser dito sobre o que os historiadores deveriam estar fazendo,¹⁵ exceto talvez que eles deveriam estar tentando escrever sobre o passado com tanta seriedade quanto seus talentos permitem. Assim sendo, posso apenas esperar dizer algo sobre a finalidade disso tudo no caso do tipo de história do pensamento que eu mesmo procuro escrever. Mas deixem-me encerrar tentando dizer alguma coisa sobre isso.

II

Comecei este ensaio falando sobre a aquisição da idéia do Estado como o nome de uma pessoa artificial cujos representantes estão autorizados a portar os direitos de soberania em seu nome. Desde o século XVII, este conceito permaneceu no cerne da auto-

compreensão e prática política do Ocidente moderno. Mas que me seja permitido agora perguntar: o que significa falar de representação do Estado e autorização de seus representantes? O que significa falar do Estado como um agente?

Parece-me que a maioria de nós não sabe que herdamos uma teoria a qual continuamos a aplicar, mas que não compreendemos realmente.¹⁶ Se é assim, entretanto, então uma das maneiras – talvez a única – de melhorar nossa compreensão será voltar à conjuntura histórica em que este modo de pensar sobre política foi pela primeira vez articulado e desenvolvido. Temos então de ser capazes de ver como os conceitos que ainda invocamos foram inicialmente definidos, a que propósitos eles deveriam servir, que concepção de poder público foram usados para sustentá-los. Isto por sua vez poderá nos capacitar a adquirir uma compreensão autotociente de um conjunto de conceitos que empregamos atualmente de modo não autotociente e, até certo ponto, mesmo incompreensivelmente. É defensável, em suma, que temos de nos tornar historiadores do pensamento para compreendermos não simplesmente isto, mas muitos aspectos comparáveis de nosso atual mundo moral e político.

Este certamente não é um pensamento novo. É o pensamento que anima o último e mais fascinante grupo de ensaios de F. W. Maitland, em que ele examinava a teoria das corporações,¹⁷ e em particular aquelas "corporações básicas" que fundamentam a constituição britânica, incluindo a coroa e o próprio Estado.¹⁸ Fico feliz

¹⁶ Não quero dizer que ninguém a compreende. Há discussões excepcionalmente esclarecedoras em Copp, 1980, e Runciman, 1997, esp. p.6-33, 223-61.

¹⁷ Maitland publicou três importantes ensaios sobre este tema geral entre 1900 e 1903. Ver Maitland, 1911, v.III, p.210-43, 244-70, 304-20. Sobre os compromissos políticos implícitos nesses estudos, ver Burrow, 1988, esp. p.135-45.

¹⁸ Para Maitland, sobre a coroa e o Estado como "corporações básicas", ver, respectivamente, Garnett, 1996, esp. p.171-2, 212-4; e Runciman, 1997, esp. p.96-107, 118-23.

¹⁴ Acton, 1906b, p.57. Patrick Collinson (1967) cita o dito como uma das epígrafas a *The Elizabethan Puritan Movement* [*O Movimento Puritano Elizabethano*], mas por certo com mais do que uma sugestão de ironia.

¹⁵ Desenvolvi esta colocação em Skinner, 1997.

em poder me referir à grandeza de Maitland como historiador do pensamento político. Mas confesso que, no que me diz respeito, estou menos interessado nessas continuidades do que nas desconituidades a serem encontradas no interior de nossa herança intelectual. As continuidades, no final das contas, são tão onipresentes que tornaram fácil demais conceber o passado como um espelho, e valorizar seu estudo como um meio de refletir de volta a nós mesmos nossas próprias suposições e preconceitos. No entanto, as desconituidades são, com freqüência, não menos surpreendentes: valores petrificados, num momento, dissolvem-se no ar, no momento seguinte. Tampouco temos de considerar Ozymandias para apreciar a força desta verdade. Basta olhar, por exemplo, os nomes dos grandes compositores esculpidos com tanta confiança na fachada da Ópera Garnier em Paris: Bach, Mozart, Beethoven... Spontini. Do mesmo modo que com nossos heróis culturais, passam-se as coisas com muitos de nossos valores e práticas: também eles são passíveis de ficar sepultados nas areias do tempo, e terem de ser escavados e reconsiderados.

O pensamento que procuro demonstrar é que, se examinamos e refletimos sobre o registro histórico, podemos esperar nos afastarmos, e talvez mesmo reavaliarmos, algumas de nossas suposições e crenças correntes. A sugestão que quero terminar explorando é a de que/um dos valores atuais do passado é como um repositório de valores que não mais endossamos, de questões que não mais propomos. Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos deles.¹⁹

19 Minhas referências à arqueologia invocam uma compreensão mais lugar-comum do termo do que a empregada por Michel Foucault, mas eu não obstante pretendo uma alusão à sua análise "arqueológica" de "níveis de coisas ditas", uma análise pela qual fui bastante influenciado. Ver Foucault, 1972, esp. p.135-40.

Busquei nos primeiros capítulos deste ensaio realizar um desses atos de escavação, procurando descobrir a estrutura, e ao mesmo tempo vindicar a coerência, do que venho chamando de teoria neo-romana dos cidadãos livres e Estados livres. A teoria é, acredito, interessante em si. Mas para mim ela adquire um interesse adicional à luz de seu eclipse subsequente pela análise liberal da liberdade negativa em termos da ausência de impedimentos coercivos. Com a ascensão da teoria liberal a uma posição de hegemonia na filosofia política contemporânea, a teoria neo-romana ficou tão perdida de vista que a análise liberal veio a ser amplamente considerada como a única maneira coerente de pensar sobre o conceito envolvido.

Ilustrando essa afirmação, considere-se a mais importante discussão isolada destas questões publicada em nossa época, os *Two Concepts of Liberty [Dois Conceitos de Liberdade]* de Sir Isaiah Berlin. Berlin apresenta-se como alguém empenhado num exercício puramente filosófico, o de elucidar "a essência da noção de liberdade", ao mesmo tempo em que nos torna possível evitar "uma confusão de termos".²⁰ Um dos principais enganos a serem evitados, explica ele, é o que consiste em confundir liberdade com conceitos aparentados, tais como igualdade ou independência, uma vez que desordens não-filosóficas deste tipo obviamente "não servem à verdade".²¹

O que é então a verdade? Dos dois conceitos que examina minuciosamente, Berlin afirma que o "ideal mais verdadeiro e mais humano" é o que especifica que a liberdade é destruída na medida em que não sou "impedido por outras pessoas de fazer o que quero".²² Segue-se que a liberdade deve basicamente ser contrastada

20 Berlin, 1958, p.43, 10n.

21 Ibidem, p.39, 42, 43.

22 Berlin 1958, p.56, 7. Berlin de fato equipara (ou confunde) a idéia "negativa" de liberdade com a compreensão liberal clássica do conceito, e então contrasta esta compreensão com o que ele chama de conceito "positivo" de liberdade

à coerção, que “implica a interferência deliberada de outros seres humanos dentro da área na qual desejo agir”.²³ E segue-se disto que diversas confusões sobre liberdade podem ser prontamente esclarecidas para o bem de todos. Uma dessas confusões é perpetrada por aqueles que exigem liberdade do *status* de dependência política ou social. Eles estão exigindo algo equivocadamente chamado liberdade social, na medida em que estão pedindo outra coisa que não um fim à interferência coerciva.²⁴ Uma confusão ulterior deriva da crença em que a liberdade individual pode ser desfrutada apenas em Estados autogovernantes/ Uma vez percebido que a liberdade é mais bem compreendida como ausência de interferência, podemos ver que a preservação deste valor depende não de quem exerce autoridade, mas simplesmente de quanta autoridade é posta nas mãos de alguém.²⁵ Isto mostra que a liberdade negativa “não é incompatível com alguns tipos de autocracia, ou de todo modo com a ausência de autogoverno”.²⁶ É um engano supor que existe alguma “conexão necessária entre liberdade individual e governo democrático”.²⁷

como auto-realização. Eu concordo em que a concepção “positiva” deve importar em um conceito separado. Em vez de vincular liberdade a oportunidades para ação – como na análise neo-romana bem como na liberal – a concepção “positiva” vincula liberdade ao desempenho de ações de um determinado tipo. Ver, sobre este argumento, a esclarecedora discussão em Baldwin, 1984; ver também Skinner, 1986, esp. p.232-5. Se a compreensão de liberdade como (nos termos de Charles Taylor) um conceito de um “exercício” e não meramente de uma “oportunidade” pode ser vindicada é uma questão separada, com a qual não estou preocupado. O próprio Taylor trata a questão de modo muito interessante, em Taylor, 1979.

23 Berlin, 1958, p.7; cf. p.12, onde “não-interferência” é descrita como “o oposto de coerção”.

24 Ibidem, p.41,43.

25 Ibidem, p.48; cf. também p.14.

26 Ibidem, p.14.

27 Ibidem, p.14, 56.

Diante de tais afirmações, o ato de escavação que empreendi na primeira parte deste ensaio parece assumir um significado adicional. A crítica de Berlin depende da premissa de que a liberdade negativa é prejudicada apenas por interferência coerciva. Disto certamente segue-se que a dependência e a falta de autogoverno não podem ser interpretadas como falta de liberdade. Mas isto se segue apenas porque a conclusão já estava inserida na premissa. O que tentei mostrar, porém, é que a própria premissa tem de ser reconsiderada. A suposição de que a liberdade individual é basicamente uma questão de não-interferência é precisamente o que a teoria neo-romana põe em dúvida.

Eis aqui então uma moral implícita na história que contei: é notavelmente difícil evitar cair sob o feitiço de nossa própria herança intelectual. Quando analisamos e refletimos sobre nossos conceitos normativos, é fácil nos deixarmos enfeitiçar pela crença de que as maneiras de pensar sobre eles que nos foram transmitidas pela corrente principal de nossas tradições intelectuais devem ser as maneiras de pensar sobre eles. Parece-me que um elemento desse feitiço penetrou até mesmo na justamente celebrada explicação de Berlin. Ele se considera perseguindo a tarefa puramente neutra de mostrar o que uma análise filosófica de nossos conceitos exige que digamos sobre a essência da liberdade. Mas é surpreendente, para dizer o mínimo, que sua análise siga exatamente o mesmo caminho que os teóricos liberais clássicos seguiram antes em seus esforços para desacreditar a teoria neo-romana dos Estados livres.

Isso, por sua vez, sugere uma segunda e talvez mais imponente moral para adornar meu conto. A história da filosofia, e talvez especialmente da filosofia moral, social e política, está aí para nos impedir de sermos muito facilmente enfeitiçados. O historiador do pensamento pode nos ajudar a apreciar até onde os valores incorporados em nosso atual modo de vida, e nossas atuais maneiras de pensar sobre esses valores, refletem uma série de escolhas feitas em épocas diferentes entre diferentes mundos possíveis. Essa consciência pode ajudar a libertar-nos do domínio de qualquer uma das explicações hegemônicas desses valores e de como eles devem ser interpretados e compreendidos. Munidos de uma possibilidade mais ampla, podemos nos distanciar dos compromissos intelec-

tuais herdados e exigir um novo princípio de investigação sobre esses valores.

Isto não é sugerir que deveríamos usar o passado como um repositório de valores alheios a serem enxertados num presente sem suspeitas.²⁸ Se o estudo da história do pensamento deve ter o tipo de uso que estou reivindicando para ele, deve haver algum nível mais profundo no qual nossos valores atuais e as suposições aparentemente estranhas de nossos antepassados devem até certo ponto combinar.²⁹ Tampouco estou sugerindo que os historiadores do pensamento deveriam se transformar em moralistas. Minha própria admiração é reservada àqueles historiadores que conscientemente se mantêm distanciados tanto do entusiasmo como da indignação ao examinar os crimes, as loucuras e os infortúnios da humanidade. Pelo contrário, estou sugerindo que os historiadores do pensamento podem esperar fornecer aos seus leitores informações relevante para a elaboração de critérios sobre seus valores e crenças atuais, deixando-os então ruminar. Aqui eu tenho em mente a passagem da *Genealogia da Moral* de Nietzsche em que ele nos adverte que, para compreender sua filosofia, "é preciso ser quase uma vaca".³⁰ Como uma vaca, é preciso ser capaz de ruminar.

28 Cf. Constant, 1988, esp. p.321-3, que supõe que a ambição daqueles que exaltam o que ele chama de liberdade dos antigos deve ser reconstruir toda a estrutura constitucional das antigas cidades-Estado, incluindo instituições tão obviamente alheias e tirânicas como o ostracismo e a censura.

29 Recorro aqui à teoria de Donald Davidson da interpretação radical. Ver Davidson, 1984, esp. p.125-39 e 183-98; e cf. Skinner, 1988, esp. p.236-46. Existe, sem dúvida, um nível mais profundo de continuidade subjacente à polémica que examinei sobre a compreensão da liberdade individual. A polémica gira, com efeito, em torno da questão de se a dependência deveria ser reconhecida como uma espécie de constrangimento; mas ambos os lados assumem que o conceito de liberdade deve basicamente ser explicado como ausência de constrangimento, em alguma interpretação deste termo. A finalidade de considerar este exemplo não foi pleitear a adoção de um valor alheio de um mundo que perdemos; foi revelar uma leitura perdida de um valor comum a nós e àquele mundo desaparecido.

30 Nietzsche, 1994, p.10.

Minha sugestão é, portanto, que os historiadores do pensamento podem produzir algo que vá bem além do interesse anti-quário se eles simplesmente exercerem sua ocupação. É suficiente para eles descobrir as riquezas freqüentemente negligenciadas de nossa herança intelectual e expô-las novamente à vista. Fui capaz apenas, dentro dos limites deste ensaio, de trazer um desses objetos à superfície. Mas acredito que se trate de um objeto de valor, na medida em que ele nos revela um conflito no interior de nossas tradições herdadas de pensamento sobre o caráter do Estado liberal. Ambas as facções em polémica concordam em que uma das metas primeiras do Estado deveria ser respeitar e preservar a liberdade de seus cidadãos individuais. Um lado argumenta que o Estado pode esperar cumprir esta promessa simplesmente assegurando que seus cidadãos não sofram nenhuma interferência injusta ou desnecessária na busca dos objetivos que escolheu. Mas o outro lado afirma que isso nunca será suficiente, pois será sempre necessário que o Estado assegure, ao mesmo tempo, que seus cidadãos não caiam numa condição de dependência evitável da boa vontade de outros. O Estado tem o dever não só de liberar seus cidadãos dessa exploração e dependência pessoais, como de impedir que seus próprios agentes, investidos de uma pequena e breve autoridade, ajam arbitrariamente no decorrer da imposição das regras que governam nossa vida comum.

Como mostrei, nós, no Ocidente moderno, adoramos o primeiro destes pontos de vista ao mesmo tempo em que, em ampla medida, deixamos o segundo de lado. Havia obviamente condições suficientes para este resultado, mas procurei mostrar que não obstante ele pode ser visto à luz de uma escolha. Fizemos a escolha correta? Isto eu deixo para vocês ruminarem.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

- AUSTIN, J. *The Province of Jurisprudence Determined*. Wilfrid E. Rumble (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BACON, F. *Essays*. Michael J. Hawkins (Ed.). London, 1972.
- BLACKSTONE, W. *Commentaries on the Laws of England*. Oxford, 1765-1769. 4v.
- BOLINGBROKE, H. St. John, (Visconde). *Political Writings*. David Armitage (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- [BRAMHALL, John]. *The Serpent Salve*. n. p., 1643.
- CONSTANT, B. *The Liberty of the Ancients Compared with that of the Moderns in Political Writings*. Biancamaria Fontana (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p.309-28.
- DIGEST of Justinian, The. Theodor Mommsen e Paul Krueger (Ed.). Trad. Alan Watson. Pennsylvania, 1985. 4v.
- [DIGGES, Dudley]. *The Unlawfulness of Subjects taking up Arms against their Sovereign, in what case soever*. London, 1643.
- ENGLANDS Absolute Monarchy. London, 1642.
- [F., C.]. *A Letter to his Grace the Duke of Monmouth em A Collection of Scarce and Valuable Tracts*. v. III. Walter Scott (Ed.). 2.ed. London, 1812. p.216-9.
- FILMER, Sir R. *Patriarcha and Other Writings*. Johann P. Sommerville (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

- GARDINER, S. R. *The Constitutional Documents of the Puritan Revolution 1625-1660*. 3 ed. Oxford, 1906.
- [HALL, John]. *The Grounds & Reasons of Monarchy Considered in The Oceana of James Harrington, and his Other Works*. John Toland (Ed.). London, 1700. p.1-32.
- HARRINGTON, J. *The Commonwealth of Oceana e A System of Politics*. J. G. A. Pocock (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- HAYWARD, J. *An Answer to the First Part of a Certain Conference, Concerning Succession*. London, 1603.
- HOBBS, T. *Behemoth or the Long Parliament*. Ferdinand Tönnies (Ed.). Introd. M. M. Goldsmith. 2.ed. London, 1969.
- _____. *De Cive: The Latin Version*. Howard Warrender (Ed.). Oxford: Clarendon Edition, 1983. v.II.
- _____. *Leviathan, or the Matter, Forme, & Power of a Common-wealth Ecclesiasticall and Civill*. Richard Tuck (Ed.). Edição para estudantes revisada. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- [HUNTON, Philip]. *A Treatise of Monarchy*. London, 1643.
- LIVIO. *The Romane Historie Written by T. Livius of Padua*. Philemon Holland (Trad.). London, 1600.
- _____. *Livy, Books I and II*. B. O. Foster (Trad., Ed.). London, 1919.
- _____. *Livy, Books III and IV*. B. O. Foster (Trad., Ed.). London, 1922.
- _____. *Livy, Books V-VII*. B. O. Foster (Trad., Ed.). London, 1924.
- _____. *Livy, Books VIII-X*. B. O. Foster (Trad., Ed.). London, 1926.
- _____. *Livy, Books XXXV-XXXVII*. Evan T. Sage (Trad., Ed.). London, 1935.
- _____. *Livy, Books XL-XLII*. Evan T. Sage e Alfred C. Schlesinger (Trad., Ed.). London, 1938.
- _____. *Livy, Books XXXIII-XXV*. Frank Gardner Moore (Trad., Ed.). London, 1940.
- LOCKE, J. *Two Treatises of Government*. Peter Laslett (Ed.). Edição para estudantes. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- MACAULAY, T. Babington, (Lord). *The History of England from the Accession of James the Second*. London, 1863. 4v.
- MACHIAVELLI, N. *Il principe e Discorsi sopra la prima deca di Tiro Livio*. Sergio Bertelli (Ed.). Milano, 1960.
- MATTLAND, F. W. *The Collected Papers*. H. A. L. Fisher (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1911. 3v.

- [MAXWELL, John]. *Sancto-sancta Regum Majestatis: Or, The Sacred and Royall Prerogative of Christian Kings*. Oxford, 1644.
- MILL, J. S. *The Subjection of Women em On Liberty, with The Subjection of Women and Chapters on Socialism*. Stefan Collini (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.117-217.
- MILTON, J. *Eikonoklastes em Complete Prose Works of John Milton*. Merrit Y. Hughes (Ed.). New Haven, Conn., 1962. v.III, p.336-601.
- _____. *The Readie and Easie Way to Establish a Free Commonwealth em Complete Prose Works of John Milton*. Robert W. Ayers (Ed.). Edição revista. New Haven, Conn., 1980. v.VII, p.407-63.
- _____. *The Tenure of Kings and Magistrates em Political Writings*. Martin Dzelzainis (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p.1-48.
- MORE, T. *Utopia em The Complete Works of St. Thomas More*, v.IV. Edward Surtz, S. J. e J. H. Hexter (Ed.). New Haven, Conn, 1965.
- NEDHAM, M. *The Excellency of a Free State*. Richard Baron (Ed.) London, 1767.
- NEVILLE, H. *Plato Redivivus: or, a Dialogue Concerning Government em Two English Republican Tracts*. Caroline Robbins (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1969. p.62-200.
- NIEITZSCHE, F. *On the Genealogy of Morality*. Keith Ansell-Pearson (Ed.). Trad. Carol Diethe. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- [OSBORNE, Francis]. *A persuasive to A Mutuall Compliance under the Present Government. Together with A Plea for A Free State Compared with Monarchy em A Collection of Scarce and Valuable Tracts*, v.VI. Walter Scott (Ed.). 2.ed. London, 1811. p.153-77.
- PALEY, W. *The Principles of Moral and Political Philosophy*. London, 1785.
- [PARKER, Henry] (1934). *Observations upon some of his Majesties late Answers and Expresses em Tracts on Liberty in the Puritan Revolution 1638-1647*. William Haller (Ed.). New York, 1934.
- PLAUTUS *Mostellaria*, em *Plautus*, v.III. Paul Nixon (Trad., Ed.). London, 1924.
- PRICE, R. *Two Tracts on Civil Liberty em Political Writings*. D. O. Thomas (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p.14-100.
- PRIESTLEY, J. *An Essay on the First Principles of Government, and on the Nature of Political, Civil, and Religious Liberty em Political Writings*. Peter N. Miller (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p.1-127.
- PUFENDORF, S. *De Iure Naturae et Gentium Libri Octo*. Londini Scanorum, 1672.

- PUFFENDORF, S. *Of the Law of Nature and Nations*. Oxford, 1708.
- RAPIN DE THORYAS, P. de. *The History of England*. Trad. N. Tindall. 2.ed. London, 1732-1733.
- ROPER, W. The Life of Sir Thomas More, Knight. Em E. E. Reynolds (Ed.) *Lives of Saint Thomas More*. London, 1963. p.1-50.
- SALLUST. *Bellum Catilinae* em Sallust. J. C. Rolfe (Trad., Ed.). London, 1931. p.1-128.
- SENECA. *Moral Essays*. John W. Basore (Trad., Ed.). London, 1928-1935. 3v.
- SIDGWICK, H. *The Elements of Politics*. 2.ed. London, 1897.
- SIDNEY, A. *Discourses concerning Government*. Thomas G. West (Ed.). Indianapolis, 1990.
- TACITUS. *The Annals*. John Jackson (Trad., Ed.) em *Tacitus*, 5v. London, 1914-1937.
- WILLIAMS, G[iffith]. *Vindiciae Regum, or The Grand Rebellion*. Oxford, 1643.
- WITHER, G. *To the Parliament, and People of the Commonwealth of England, preliminar escrita para The Dark Lantern* em *Miscellaneous Works of George Wither*, terceira coleção. London, 1874. p.5-8.

Fontes secundárias

- ACTON, J. E. Dalberg, (Lord). "Inaugural Lecture on the Study of History" em *Lectures on Modern History*. J. N. Figgis e R. V. Laurence (Ed.). London, 1906a.
- _____. Letter XXXVI em *Lord Acton and his Circle*. F. A. Gasquet (Ed.). London, 1906b. p.54-7.
- ADAMO, P. L'interpretazione revisionista della rivoluzione inglese. *Studi storici*, 34, p.849-94, 1993.
- ADAMS, S. Favourites and Factions at the Elizabethan Court. Em Ronald G. Asch e Adolf M. Birke (Ed.). *Princes, Patronage and the Nobility: The Court at the Beginning of the Modern Age c. 1450-1650*. Oxford, 1991. p.265-87.
- ARCHER, J. M. *Sovereignty and Intelligence: Spying and Court Culture in the English Renaissance*. Stanford, Cal., 1993.
- ARMITAGE, D. John Milton: Poet against Empire. Em David Armitage, Armand Himy e Quentin Skinner (Ed.). *Milton and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.206-25.

- BAILLYN, B. *The Ideological Origins of the American Revolution*. Cambridge, Mass., 1965.
- BALDWIN, T. MacCallum and the Two Concepts of Freedom. *Ratio*, 26, p.125-42, 1984.
- BARON, H. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. 2.ed. Princeton, N. J., 1966.
- BARTON, A. *Ben Jonson, Dramatist*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- BERLIN, I. *Two Concepts of Liberty: An Inaugural Lecture delivered before the University of Oxford on 31 October 1958*. Oxford, 1958.
- BRETT, A. S. *Liberty, Right and Nature: Individual Rights in Later Scholastic Thought*. Cambridge, 1997.
- BROOKE, J. Party in the Eighteenth Century. Em Alex Natan (Ed.). *Silver Renaissance: Essays in Eighteenth-Century English History*. London, 1961. p.20-37.
- BRUNT, P. A. *Libertas in the Republic*. Em *The Fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford, 1988. p.281-350.
- BURROW, J. W. *Whigs and Liberals: Continuity and Change in English Political Thought*. Oxford, 1988.
- BUTTERFIELD, H. *George III and the Historians*. London, 1957.
- CANOVAN, M. Two Concepts of Liberty – Eighteenth Century Style. *The Price-Priestley Newsletter*, 2, p.27-43, 1978.
- CHARVET, J. Quentin Skinner on the Idea of Freedom. *Studies in Political Thought*, 2, p.5-16, 1993.
- COLISH, M. The Idea of Liberty in Machiavelli. *Journal of the History of Ideas*, 32, p.323-50, 1971.
- COLLINGWOOD, R. G. *An Autobiography*. Oxford, 1939.
- COLLINSON, P. *The Elizabethan Puritan Movement*. London, 1967.
- _____. The Monarchical Republic of Queen Elizabeth I. *Bulletin of the John Rylands University Library of Manchester*, 69, p.394-424, 1987.
- _____. *The Birthpangs of Protestant England. Religious and Cultural Change in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. London, 1988.
- _____. *De Republica Anglorum Or, History with the Politics Put Back: Inaugural Lecture delivered 9 November 1989*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- COPP, D. Hobbes on Artificial Persons and Collective Actions. *Philosophical Review*, 89, p.579-606, 1980.

- CORNS, T. N. Milton and the Characteristics of a Free Commonwealth. Em David Armitage, Armand Himy e Quentin Skinner (Ed.). *Milton and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.25-42.
- DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford, 1984.
- DUNN, J. *The Political Thought of John Locke: An Historical Account of the Argument of the "Two Treatises of Government"*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- _____. The Identity of the History of Ideas. Em *Political Obligation in its Historical Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980. p.13-28.
- DZELZAINIS, M. Milton and the Protectorate in 1658. Em David Armitage, Armand Himy e Quentin Skinner (Ed.). *Milton and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.181-205.
- EITON, G. R. *The Tudor Constitution: Documents and Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- _____. *Studies in Tudor and Stuart Politics and Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974. 2v.
- _____. *Return to Essentials: Some Reflections on the Present State of Historical Study*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- FINK, Z. S. *The Classical Republicans: An Essay in the Recovery of a Pattern of Thought in Seventeenth-Century England*. 2.ed. Evanston, Ill., 1962.
- FORBES, D. *Hume's Philosophical Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- FOUCAULT, M. *The Archeology of Knowledge*. A. M. Sheridan Smith (Trad.). London, 1972.
- FRANK, J. *Cromwell's Press Agent: A Critical Biography of Marchamont Nedham, 1620-1678*. Lanham, Md., 1980.
- GARNETT, G. The Origins of the Crown. *Proceedings of the British Academy*, 89, p.171-214, 1996.
- GARNSEY, P. *Ideas of Slavery from Aristotle to Augustine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- GAUTHIER, D. P. *The Logic of Leviathan: The Moral and Political Theory of Thomas Hobbes*. Oxford, 1969.
- GIERKE, O. *Natural Law and the Theory of Society 1500 to 1800*. Ernest Barker (Trad.). Boston, Mass., 1960.
- GUNNELL, J. G. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. *American Political Science Review*, 76, p.317-27, 1982.

- HARRIS, T. Lives, Liberties and Estates: Rhetorics of Liberty in the Reign of Charles II. Em Tim Harris, Paul Seaward e Mark Goldie (Ed.). *The Politics of Religion in Restoration England*. Oxford, 1990. p.217-41.
- HOUSTON, A. C. *Algernon Sidney and the Republican Heritage in England and America*. Princeton, N. J., 1991.
- JAVITCH, D. *Poetry and Courtliness in Renaissance England*. Princeton, N. J., 1978.
- JUDSON, M. A. *The Crisis of the Constitution: An Essay in Constitutional and Political Thought in England 1603-1645*. New Brunswick, N. J., 1949.
- KENYON, J. P. *The Stuart Constitution 1603-1688: Documents and Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.
- LASLETT, P. Introdução a John Locke. *Two Treatises of Government*. Edição para estudantes. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p.3-126.
- LEMAHIEU, D. L. *The Mind of William Paley: A Philosopher and his Age*. London, 1976.
- LEVACK, B. P. *The Civil Lawyers in England 1603-1641: A Political Study*. Oxford, 1973.
- LIEBERMAN, D. *The Province of Legislation Determined. Legal Theory in Eighteenth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- LONG, D. G. *Bentham on Liberty: Jeremy Bentham's Idea of Liberty in Relation to his Utilitarianism*. Toronto, 1977.
- MACCALLUM, G. C., Jr. Negative and Positive Freedom. Em David Miller (Ed.). *Liberty*. Oxford, 1991. p.100-22.
- MACLACHLAN, A. *The Rise and Fall of Revolutionary England: An Essay on the Fabrication of Seventeenth-Century History*. London, 1996.
- MENDIE, M. *Henry Parker and the English Civil War: The Political Thought of the Public's "Privado"*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MILLER, D. Introdução. Em David Miller (Ed.). *Liberty*. Oxford, 1991. p.1-20.
- MILLER, P. N. *Defining the Common Good: Empire, Religion and Philosophy in Eighteenth-Century Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- NAMIER, L. B. *Personalities and Powers*. London, 1955.
- NORBROOK, D. *Lucan, Thomas May, and the Creation of a Republican Literary Culture*. Em Kevin Sharpe e Peter Lake (Ed.). *Culture and Politics in Early Stuart England*. London, 1994. p.45-66.

- OLDFIELD, A. *Citizenship and Community: Civic Republicanism and the Modern World*. London, 1980.
- PATTEN, A. The Republican Critique of Liberalism. *British Journal of Political Science*, 26, p.25-44, 1996.
- PELTONEN, M. *Classical Humanism and Republicanism in English Political Thought 1570-1640*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PETTIT, P. Negative Liberty, Liberal and Republican. *European Journal of Philosophy*, 1, p.15-38, 1993a.
- _____. Liberalism and Republicanism. *Australasian Journal of Political Science*, 28, p.162-89, 1993b.
- _____. *Republicanism: A Theory of Freedom and Government*. Oxford, 1997.
- PITKIN, H. F. Are Freedom and Liberty Twins? *Political Theory*, 16, p.523-52, 1988.
- POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton, N. J., 1975.
- _____. *Introdução histórica a The Political Works of James Harrington*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p.1-152.
- _____. *Virtue, Commerce, and History: Essays on Political Thought and History, Chiefly in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- _____. The Concept of a Language and the *Métier d'Historien*: Some Considerations on Practice. Em Anthony Pagden (Ed.). *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p.19-38.
- POCOCK, J. G. A., SCHOCHEIT, G. J. *Interregnum and Restoration*. Em J. G. A. Pocock (Ed.). *The Varieties of British Political Thought, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p.146-79.
- RAAB, F. *The English Face of Machiavelli: A Changing Interpretation 1500-1700*. London, 1964.
- RAHE, P. A. *Republics Ancient and Modern: Classical Republicanism and the American Revolution*. Chapel Hill, N. C., 1992.
- RAWLS, J. *A Theory of Justice*. Cambridge, Mass., 1971.
- ROBBINS, C. *The Eighteenth-Century Commonwealthman: Studies in the Transmission, Development and Circumstance of English Liberal Thought from the Restoration of Charles II until the War with the Thirteen Colonies*. Cambridge, Mass., 1959.
- RUNCIMAN, D. *Pluralism and the Personality of the State*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

- SALMON, J. H. M. *The French Religious Wars in English Political Thought*. Oxford, 1959.
- SANDERSON, J. "But the People's Creatures": *The Philosophical Basis of the English Civil War*. Manchester, 1989.
- SCHNEEWIND, J. B. Classical Republicanism and the History of Ethics. *Utilitas*, 5, p.185-207, 1993.
- SCOTT, J. *Algernon Sidney and the English Republic, 1623-1677*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *Algernon Sidney and the Restoration Crisis, 1677-1683*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. The English Republican Imagination. Em John Morrill (Ed.). *Revolution and Restoration: England in the 1650s*. London, 1992. p.35-54.
- _____. The Rapture of Motion: James Harrington's Republicanism. Em Nicholas Phillipson e Quentin Skinner (Ed.). *Political Discourse in Early Modern Britain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.139-63.
- SKINNER, Q. Conquest and Consent: Thomas Hobbes and the Engagement Controversy. Em G. E. Aylmer (Ed.). *The Interregnum: The Quest for Settlement*. London, 1972. p.79-98.
- _____. The Principles and Practice of Opposition: The Case of Bolingbroke versus Walpole. Em Neil McKendrick (Ed.). *Historical Perspectives*. London, 1974. p.93-128.
- _____. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978. 2v.
- _____. *Machiavelli*. Oxford, 1981.
- _____. Machiavelli on the Maintenance of Liberty. *Politics*, 18, p.3-15, 1983.
- _____. The Idea of Negative Liberty: Philosophical and Historical Perspectives. Em Richard Rorty, J. B. Schneewind e Quentin Skinner (Ed.). *Philosophy in History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p.193-221.
- _____. The Paradoxes of Political Liberty. Em Sterling M. McMurrin (Ed.). *The Tanner Lectures on Human Values*, v. VII. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p.225-50.
- _____. *Meaning and Context*. James Tully (Ed.). Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. The State. Em Terence Ball, James Farr e Russell L. Hanson (Ed.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.90-131.

- SKINNER, Q. Thomas Hobbes on the Proper Signification of Liberty. *Transactions of the Royal Historical Society*, 40, p.121-51, 1990a.
- _____. Machiavelli's *Discorsi* and the Pre-humanist Origins of Republican Ideas. Em Gisela Bock, Quentin Skinner e Maurizio Viroli (Ed.). *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990b. p.121-41.
- _____. The Republican Ideal of Political Liberty. Em Gisela Bock, Quentin Skinner e Maurizio Viroli (Ed.). *Machiavelli and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990c. p.293-309.
- _____. Sir Geoffrey Elton and the Practice of History. *Transactions of the Royal Historical Society*, 47, p.301-16, 1997.
- SMITH, N. *Literature and Revolution in England 1640-1660*. London, 1994.
- _____. Popular Republicanism in the 1650s: John Streater's "Heroick Mechanicks". Em David Armitage, Armand Himy e Quentin Skinner (Ed.). *Milton and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.137-55.
- SMUTS, M. Court-Centred Politics and the Uses of Roman Historians, c. 1590-1630. Em Kevin Sharpe e Peter Lake (Ed.). *Culture and Politics in Early Stuart England*. London, 1994. p.21-43.
- SOMMERVILLE, M. R. *Sex and Subjection: Attitudes to Women in Early-Modern Society*. London, 1995.
- SOMMERVILLE, J. P. *Politics and Ideology in England, 1603-1640*. London, 1986.
- SPITZ, J.-F. *La liberté politique: Essai de généalogie conceptuelle*. Paris, 1995.
- TARLTON, C. D. Historicity, Meaning and Revisionism in the Study of Political Thought. *History and Theory*, 12, p.307-28, 1973.
- TAYLOR, C. What's Wrong with Negative Liberty. Em Alan Ryan (Ed.). *The Idea of Freedom*. Oxford, 1979. p.175-93.
- THOMAS D. O. *The Honest Mind: The Thought and Work of Richard Price*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- TUCK, R. *Philosophy and Government 1572-1651*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- TULLY, J. *A Discourse on Property: John Locke and his Adversaries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. *An Approach to Political Philosophy: Locke in Contexts*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- VIROLI, M. *From Politics to Reason of State: The Acquisition and Transformation of the Language of Politics 1250-1600*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- WALLACE, J. M. The Engagement Controversy 1649-1652: An Annotated List of Pamphlets. *Bulletin of the New York Public Library*, 68, p.384-405, 1964.
- WARRENDER, H. Political Theory and Historiography: A Reply to Professor Skinner on Hobbes. *The Historical Journal*, 22, p.931-40, 1979.
- WIRSZUBSKI, C. *Libertas as a Political Idea at Rome during the Late Republic and Early Principate*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.
- WOOTTON, D. Introduction: The Republican Tradition: From Commonwealth to Common Sense. Em David Wootton (Ed.). *Republicanism, Liberty, and Commercial Society, 1649-1776*. Stanford, Cal., 1994. p.1-41.
- WORDEN, B. English Republicanism. Em J. H. Burns e Mark Goldie (Ed.). *The Cambridge History of Political Thought 1450-1700*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p.443-75.
- _____. Marchmont Nedham and the Beginnings of English Republicanism, 1649-1656. Em David Wootton (Ed.). *Republicanism, Liberty and Commercial Society, 1649-1776*. Stanford, Cal., 1994a. p.45-81.
- _____. James Harrington and *The Commonwealth of Oceana*, 1656. Em David Wootton (Ed.). *Republicanism, Liberty, and Commercial Society, 1649-1776*. Stanford, Cal., 1994b. p.82-110.
- _____. Harrington's *Oceana*: Origins and Aftermath, 1651-1660. Em David Wootton (Ed.). *Republicanism, Liberty, and Commercial Society, 1649-1776*. Stanford, Cal., 1994c. p.111-38.
- _____. Republicanism and the Restoration, 1660-1683. Em David Wootton (Ed.). *Republicanism, Liberty, and Commercial Society, 1649-1776*. Stanford, Cal., 1994d. p.139-93.
- _____. Ben Jonson among the Historians. Em Kevin Sharpe e Peter Lake (Ed.). *Culture and Politics in Early Stuart England*. London, 1994e. p.67-89.
- _____. Milton and Marchamont Nedham. Em David Armitage, Armand Himy e Quentin Skinner (Ed.). *Milton and Republicanism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. p.156-80.
- _____. *The Sound of Virtue: Philip Sidney's Arcadia and Elizabethan Politics*. London, 1996.
- ZWICKER, S. N. *Lines of Authority: Politics and English Literary Culture, 1649-1689*. Ithaca, N. Y., 1993.

ÍNDICE REMISSIVO

- Acton, John Emerich Dalberg, Lord, 85, 87, 88 n.14
- Armitage, David, 59 n.15
- Austin, John, 81 n.98
- Bacon, Francis, 22, 78
- Bailyn, Bernard, 23 n.37
- Baldwin, Tom, 92 n.22
- Baron, Hans, 22 n.29
- Beacon, Richard, 22
- Bentham, Jeremy, 70, 71 n.53, 81 e n.98
- Berlin, Isaiah, 34 n.88, 56 n.3, 91-3
- Blackstone, William, 81 e n.96
- Bolingbroke, Henry St. John, Visconde, 23, 64
- Bramhall, John, 18, 19 n.16, 21
- Brett, Annabel S., 20 n.22
- Burrow, J. W., 10 n.4, 79 n.90, 89 n.17
- Butterfield, Herbert, 85
- Carlos I, 15-6, 23, 53
- alegada tirania de, 47-50, 66
- Carlos II, 26, 76, 84
- Charvet, John, 28 n.58
- civil, liberdade
- concepção hobbesiana de, 18-21, 55
- concepção liberal de, 10, 67-72, 80-1, 91-3
- concepção neo-romana de, 9-10, 22-6
- e diretos, 27-9
- em Estados livres, 31, 55, 60-7
- coerção
- de corpos naturais, 61-2, 81, 91-3, 95
- de corpos políticos, 47-9, 61
- Collingwood, R. G., 84 e n.2
- Collinson, Patrick, 12-3, 22 e n.32, 45 n.147, 88 n.14
- consentimento, 33 e n.84
- Constant, Benjamin, 56 n.3, 94 n.28
- Corns, Thomas N., 24 n.42, 66 n.40
- corpo político, o, 32
- escravização do, 47-51
- liberdade do, 32-3, 40-1, 61
- vontade do, 32-5
- corrupção, 37 n.103, 76-8
- cortesões, 53, 75-7, 79
- Cromwell, Oliver, 25-6, 59

- Davidson, Donald, 94 n.29
- dependência
- e corpos naturais, 62-7, 72-8, 95
- e corpos políticos, 46-7, 49-51
- Digesto*, o, de Direito Romano, 18 n.15, 41
- sobre escravidão, 42-3
- Digges, Dudley, 18, 19 n.16, 21
- Direito
- em Estados livres, 45-6
- e liberdade civil, 18-9, 37 n.103, 71 n.54
- direitos
- civis, 27, 28 n.58, 30, 60-1
- naturais, 28-9
- Dunn, John, 33 n.84, 85 n.4
- Elton, G. R., 12, 16 n.8, 86
- escravidão
- colonização e, 48-9, 55
- de corpos naturais, 61-6, 72-3, 75-8
- de corpos políticos, 40-1, 46-50
- idéia romana de, 41-7
- monarquia e, 46, 51-4
- Estado
- e liberdade civil, 18-9
- como pessoa artificial, 16-8, 88
- como soberania, 16, 88
- estado de natureza, 28-9
- Estados livres
- constituições dos, 33-40
- e glória, 56-9
- idéia de, 31-3
- Inglaterra como exemplo, 23, 31 n.69
- e liberdades civis, 55, 60-7
- Lívio sobre, 45-7
- teóricos dos, 21-6
- Filmer, Robert, 19 e n.16, 21-2, 56
- Foucault, Michel, 90 n.19
- glória, como objetivo dos Estados, 56-9, 75

- Hall, John, 25 e n.45
- direitos civis, 28
- Estados escravizados, 40
- monarquia, 53
- repúblicas, 54
- servidão pessoal, 63
- Hampden, John, 61
- Harrington, James, 25 e n.49, 28
- consentimento, 34
- corpo político, 32, 35
- cavaleiros, 79
- direito, 65
- Estados livres, 31, 47, 58
- liberdade civil, 60, 66-7, 72
- Maquiavel, 47
- representação, 39
- Salusto, 58
- servidão pessoal, 73, 76
- sociedade civil, 26 n.52
- Hayward, John, 17 n.9
- Hobbes, Thomas
- direito e liberdade, 19, 21
- Estados livres, 21-2, 55, 61, 67, 72
- liberdade dos súditos, 19-21, 69, 81 n.96
- o Estado, 17-8
- Houston, Alan, 28 n.58, 40 n.115, 47 n.157
- Hunton, Philip, 16 e n.7
- independência, 47, 49, 79-80
- independência, Declaração de, 49
- Jefferson, Thomas, 29 n.61
- Jonson, Ben, 23
- Laslett, Peter, 84
- liberdade, *ver* Estados livres
- Lívio, 22, 44 n.138, 45-7, 52, 78 n.83
- Locke, John, 29, 33 n.84, 52 n.178, 84
- Macaulay, Thomas Babington, Lorde, 48
- MacCallum Jr., Gerald C., 72 n.58
- Maquiavel, Nicolau, 22 e n.29, 47, 58
- autogoverno, 52
- direitos, 27
- Estados escravizados, 41 e n.117
- Estados livres, 22, 33 e n.81, 40 n.116
- glória, 58, 59 n.55
- liberdade civil, 57-60
- Martland, F. W., 89 e n.17, 90
- Marx, Karl, 10 n.3
- Maxwell, John, 16 n.5
- Mill, John Stuart, 9
- Milton, John, 24, 26, 38 n.103
- direitos, 28
- Estados escravizados, 41, 48, 50-1
- Estados livres, 31, 66
- federação, 36
- liberdade civil, 28, 61
- participação, 35
- representação, 38
- servidão pessoal, 64-7
- tiranía, 62
- veto real, 50-1
- monarquia
- e Estados livres, 46, 51-4
- tiranía, 47-51
- More, Thomas, 36, 74-5
- movimento cartista, 9 e n.1
- Namier, L. B., 85
- Nedham, Marchamont, 24-5 e n.48
- consentimento, 34
- corpo político, 31
- direitos, 28-9
- Estados livres, 31, 34
- glória, 58
- liberdade civil, 60
- participação, 35
- representação, 38
- servidão pessoal, 63
- Newille, Henry, 23 e n.35, 26
- corpo político, 32
- direitos, 29
- Estados escravizados, 51
- Maquiavel, 47
- monarquia mista, 52 e n.175
- representação, 39
- Nietzsche, Friedrich W., 94
- Osborne, Francis, 25 e n.46
- maiorias, 35
- monarquia, 53-4
- representação, 38
- servidão pessoal, 63
- veto real, 50
- Paley, William, 67, 69 e n.48, 70 e n.51, 72, 81
- Parker, Henry, 15, 30 n.65, 31 n.69, 47 n.159, 66 n.40
- Parlamento Não-Representativo, 38, 53, 59
- participação no governo, 35-9
- Pettit, Philip, 10, 30 n.67, 40 n.115, 62 n.27, 65 n.37, 67 n.43, 70 e n.52
- Pitkin, Hanna Fenichel, 27 n.53, 70 n.52
- Plauto, 42 e n.128
- Pocock, J. G. A., 22 n.32, 30 n.66, 85
- Price, Richard, 23, 33 n.80, 49
- Priestley, Joseph, 69 n.50
- Pufendorf, Samuel, 17 e n.10
- Rabe, Paul A., 23 n.37, 40 n.114
- Rapin de Thoyras, Paul de, 48 n.161, 64 n.34
- Rawls, John, 68 n.47
- real, prerrogativa, 50-1, 62, 64
- representação, 15, 18, 37-9
- republicanismo, 30 e n.67, 31 n.68, 52-4
- Revolução Americana, a, 23, 65, 67
- Runciman, David, 89 n.16
- Salusto, 44, 45 n.142, 47, 56-60
- Scott, Jonathan, 39 n.112, 73 n.62
- segurança, 68-70, 72, 80-1

Sêneca, 44 n.138, 45 e n.143
 Sigdwick, Henry, 81
 Sidney, Algernon, 23 e n.35, 26
 consentimento, 34
 cortesãos, 76-8
 democracia, 37
 diretos, 29
 Estados escravizados, 41
 Estados livres, 31, 33
 liberdade civil, 60 n.21, 73
 maiorias, 35
 participação, 36
 representação, 39
 serviço pessoal, 63-4, 73, 76-7
 Sidney, Philip, 22
 soberania
 do Estado, 17-8, 89
 do povo, 15, 30 n.65
 do rei, 16
 do rei-no-parlamento, 16-7

sociedade civil, 26 e n.52
 Streater, John, 25
 Sula, Lúcio, 59

Tácito, 45 e n.144, 75 e n.72, 76-7
 Taylor, Charles, 91 n.22
 Tuck, Richard, 20 n.23, 30 n.65
 Tully, James, 29 n.64, 33 n.84

Viroli, Maurizio, 22 n.29
 virtude, 31 e n.68, 37 n.103, 65 n.38

Walpole, Robert, 23, 64
 Warrender, Howard, 84 n.1, 87 n.11
 Williams, Griffith, 18
 Wirszubski, C., 30 n.66, 40 n.115,
 60 n.18
 Wither, George, 25 e n.44, 78 e n.85
 Worden, Blair, 23 n.38, 24 n.43,
 31 n.68, 59 n.17

SOBRE O LIVRO

Coletã: UNESP/Cambridge
Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23 x 42,5 patcas
Tipologia: Schneider Light 10/13
Papel: Offset 75 g/m² (miolo)
 Cartão Supremo 250 g/m²
 4ª edição: 1999

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Produção Gráfica
 Edson Francisco dos Santos (Assistente)
Edição de texto
 Fábio Gonçalves (Assistente Editorial)
 Armando Olivetti Ferreira (Preparação de Original)
 Carlos Villarruel e
 Nelson Luís Barbosa (Revisão)
Editoração Eletrônica
 Ricardo Nakamiti

SBD/FLCH

SBD / FFLCH / USP	
SEÇÃO DE: FILOSOFIA	TOMBO 236072
AQUISIÇÃO: DOAÇÃO / MULTA	
	N. USP 0773841 /
DATA: 21/05/03	PREÇO: R\$ 30,00